

ENTRE A NECESSIDADE DE LEMBRAR E A RECOMENDAÇÃO DE CONDUTAS ÀS MULHERES EM CASTELA NO SÉCULO XV

ENTRE LA NECESIDAD DE ACORDARSE Y LA RECOMENDACIÓN DE CONDUCTAS A LAS MUJERES EN CASTILLA EN EL SIGLO XV

Danielle Oliveira MÉRCURI*

Resumo: Tendo em vista que, a partir do século XV, é notável o aumento de escritos apresentando uma imagem virtuosa da mulher e de escritos em que o mote é regular e orientar a postura das nobres senhoras, indagamos o porquê de a mulher começar a ser representada de forma mais destacada e positiva nos escritos produzidos em Castela no final da Idade Média. No entanto, antes de tentarmos analisar os paralelos e distanciamentos entre esses textos que tiveram como mote defender e instruir as nobres castelhanas, devemos nos questionar sobre os motivos do interesse pela defesa das mulheres e do fomento dado aos textos que se destinavam a esse propósito, esboçado pela corte de Juan II. Em uma só palavra, devemos indagar sobre quais foram as condições de formulação dos discursos sobre e para as mulheres.

Palavras-chave: Mulheres – Castela – Prescrições.

Resumen: Teniendo en cuenta que, a partir del siglo XV, es notable el aumento de escritos presentando una imagen virtuosa de la mujer y de escritos en los cuales el fundamento es guiar la postura de las nobles señoras, para que ellas alcanzasen la ejemplaridad, indagamos el motivo por el que la mujer empezara a ser presentada de manera más destacada y positiva en los escritos producidos en Castilla en fines de la Edad Media. Sin embargo, antes de intentarnos analizar los parangones entre esos textos que tuvieran como objetivo defender y enseñar las nobles castellanas, debemos cuestionarnos sobre los motivos del interés por la defensa de las mujeres y el fomento ofrecido a los textos que se destinaban a ese propósito, esbozado por la corte de Juan II. En una palabra, debemos indagar sobre cuales fueran las condiciones de formulación de los discursos sobre y hacia a las mujeres.

Palabras clave: Mujeres – Castilla – Recomendaciones.

No reino castelhano no final da Idade Média foi notável o interesse em não só impedir que as memórias e os feitos das mulheres do passado caíssem no esquecimento, ou no lugar comum da maldizente e aviltada palavra, mas também o incentivo ao resgate dessas lembranças do passado para que elas servissem à regulação das posturas das mulheres no presente. Conforme destacou o nobre condestável Álvaro de Luna no *Libro de las claras e virtuosas mugeres*, escrito em 1446 e supostamente dedicado à rainha Dona Maria, a tarefa de retomar a história das

* Mestre em História – Doutoranda – Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, CEP: 14409-160, Franca, São Paulo - Brasil. Bolsista FAPESP. Email: dani_mercuri@yahoo.com.br

mulheres se justificava “[...] porque inumana coisa nos pareceu sofrer tantas obras de virtudes e exemplos de bondade falados na linhagem das mulheres, fossem calados e enterrados nas escuras incertezas do esquecimento” (LUNA, 1908, p. 20). Diego de Valera, nobre doncel de Juan II e membro das cortes de Enrique IV e de Isabel, em um tratado escrito em 1445, intitulado *En defensa de virtuosas mujeres*, também dedicado à rainha Dona Maria, igualmente motivado por retirar-se do silêncio a favor daquelas que foram malditas, justificava a sua escrita dizendo que “por este vocábulo quis mostrar quão longamente os feitos das nobres mulheres haviam estado sumidos e só pousados debaixo das ondas, por quem o esquecimento entende” (VALERA, 2005, p. 29) e acrescentava ainda o doncel que “[...] o meu fim aqui não foi querer a mentira nem tão pouco encobrir a verdade, para que a virtude e a excelência das nobres mulheres não acabassem manchadas ou menosprezadas pela malícia ou pelo pouco saber” (VALERA, 2005, p. 6). Alguns anos antes, provavelmente em 1440, Juan Rodriguez Del Padrón – clérigo franciscano integrante do séquito de Juan II – iniciava o texto do *Triunfo de las donas* evocando a quem ele se dirigia, a saber: à princesa, “a mais digna e muito mais formosa do universo, em graça e virtudes singulares, a muito ensinada e perfeita senhora Dona Maria” (DEL PADRÓN, 1982, p. 211) e se colocava contra aqueles que haviam dito mal sobre as mulheres dizendo: “Adversários fados! E ainda não contentes, vós que ainda demonstrais insensíveis à minha pena e que para maior o meu tormento tanto ofenderam a honra das donas, deste lugar miserável devem despertar!” (DEL PADRÓN, 1982, p. 214).

Embora o interesse sobre temas relativos às mulheres não tenha se restringido nem ao espaço castelhano-leonês, nem ao período histórico assinalado, o que se pode perceber é que, em um curto espaço de tempo, foi produzido por incentivo régio castelhano e, sobretudo, sob os auspícios da então rainha Dona Maria, um conjunto de textos nos quais se buscou não só evitar que o passado das nobres mulheres se esvanecesse, mas também debater sobre as virtudes das mulheres (VELEZ SAINZ, 2008, p. 14) com o sentido tanto de compor uma memória positiva dessas, como de instruí-las a partir das experiências do passado. Todavia, guardadas as devidas particularidades, a querela das mulheres, ou seja, o debate entre defensores e detratores das mulheres, que ganhou espaço na corte castelhana de Juan II, se aproxima da contenda que havia marcado os debates de Christine de Pisan, em relação ao *Romance da Rosa*, na corte francesa do século XV. Em outras palavras, do mesmo modo que alguns nobres franceses haviam considerado insultantes as palavras de Jean de Meun

que se referiam às mulheres, os nobres e as nobres castelhanas (MAESO FERNANDEZ, 2008, s/p) haviam criticado as palavras de Alfonso Martinez de Toledo em *Corbacho*, uma vez que esse último texto, escrito em 1438, havia sido inspirado nas referências do homônimo italiano e igualmente buscava enfatizar os perigos relacionados ao amor e às mulheres. Da mesma forma que Christine de Pisan havia proclamado defender a honra das mulheres virtuosas por meio da escrita da história dessas, alguns nobres castelhanos procuraram recuperar a memória das donas afastando-a do esquecimento, ou mesmo da vituperada palavra. (VELEZ SAINZ, 2008, p. 22)

Ademais, pode-se notar claramente nesses textos, em que aqueles que escreveram se intitularam defensores das mulheres, um diálogo em tom de resposta com aqueles que tanto haviam reprovado as senhoras do passado e do presente, bem como a busca de referências para esse diálogo tanto no texto boccacciano *Corbaccio* e sua versão castelhana *Corbacho*, como no também boccacciano *De claris mulieribus*. Diego de Valera, em seu *Tratado en defensa de virtuosas mugeres*, havia deixado claro que tentava “responder alguns ditos de filósofos e poetas que parecem ter dito mal de toda a linhagem de mulheres” e Juan Rodriguez Del Padrón, em seu *El triunfo de las donas*, também compartilhava a ideia de que, para defender as mulheres, fazia-se necessário compreender as críticas que haviam sido feitas a essas, especialmente aquelas realizadas no “maldizente e ‘vituperioso’ *Corbacho*”. Isto é, ao tentarem compor uma imagem ideal da mulher, esses homens acabaram por dialogar com aqueles que tinham insistido sobre suas desvirtudes, logo, a imagem da mulher se tornou alvo da escrita dos nobres castelhanos, sobretudo a partir das apropriações que esses realizaram das proposições que Giovanni Boccaccio (1313-1375) havia apresentado em *De claris mulieribus* e *Corbaccio*.

A primeira dessas composições, um compêndio de uma série de mulheres ilustres que haviam se destacado desde Eva, passando por figuras da Antiguidade clássica até algumas mulheres do tempo de Boccaccio, contrastava com a segunda, em que o mote foi pintá-las como seres imperfeitos, incapazes de controlar seus instintos mais primários, o que fazia das mesmas, por conseguinte, não merecedoras do sofrimento e do amor dos homens. Quer dizer, seja para conceder às mulheres uma memória e uma imagem virtuosas – como no caso da abordagem de *De claris mulieribus* –, seja para destacar seus vícios e defeitos – como no caso de *Corbaccio* –, o diálogo com os textos boccaccianos parece ter sido incontornável para aqueles que se debruçaram sobre esse tema em Castela.

Considerado uma autoridade pelos nobres castelhanos ao lado de Lucano, Petrarca e Virgílio, Boccaccio se encontra entre os autores que mais foram traduzidos e que teve seus textos circulando no espaço da península ibérica. Provavelmente escrito por Boccaccio em 1361, *De claris mulieribus* circulou em versões manuscritas e foi traduzido e impresso em Zaragoza em 1494, o que indica a popularidade que o texto já tinha no espaço peninsular ibérico, uma vez que, além desse texto, outro: *De casibus virorum illustrium*, já tinha sido traduzido por Pero Lopez de Ayala e Alonso de Cartagena (DIAZ CORRALEJO, 2001, p. 241-261). Já Corbaccio, escrito em 1355 por Boccaccio, encontrou espaço na corte castelhana a partir da tradução realizada pelo catalão Narcís Franch e pelo texto homônimo, escrito em 1438, pelo capelão do rei Juan II, Alfonso Martínez de Toledo. Ou seja, além de estes textos de Boccaccio terem encontrado difusão entre outros do mesmo tipo no espaço castelhano, como o *Libro de las claras y virtuosas mugeres*, escrito por Álvaro de Luna, (JESUS FUENTE, 2009, p. 11-27) e o já citado *Corbacho*, escrito por Alfonso Martínez de Toledo, não podemos nos esquecer de que os textos de Boccaccio estiveram presentes nas bibliotecas da aristocracia castelhana e, inclusive, na de algumas damas, como dona Aldonza de Mendoza, irmã do marquês de Santillana, ou seja, esses tratados tiveram uma relativa circulação entre os nobres do reino (ALVAR, 2001, p. 333-350), até mesmo entre algumas mulheres (BECEIRO, 2007, p. 296).

No entanto, antes de tentarmos analisar os paralelos e distanciamentos entre esses textos que tiveram como mote defender e instruir as nobres castelhanas, devemos nos questionar sobre os motivos do interesse pela defesa das mulheres e do fomento dado aos textos que se destinavam a esse propósito esboçado pela corte de Juan II. Em uma só palavra, devemos indagar sobre quais foram as condições de formulação dos discursos sobre e para as mulheres (FOUCAULT, 2007, p. 36-37). Todos os autores dos textos em defesa das mulheres mencionados (Diego de Valera, Álvaro de Luna e Juan Rodríguez Del Padrón) pertenceram à corte de Juan II, exercendo em alguns casos, como no de Álvaro de Luna, a tarefa de condestável, ou seja, a tarefa de representante máximo do rei. Diego de Valera atuou como pajem de Juan II e participou de várias embaixadas castelhanas pela Europa, além de ter integrado as cortes de Enrique IV e dos Reis Católicos e ter sido responsável pela escrita de vários tratados e crônicas (CURI, 2005, p.4) . Juan Rodriguez Del Padrón, a despeito dos escassos dados sobre a sua vida, conheceu o ambiente cortesão, conviveu com o cardeal de Cervantes, tomou o hábito franciscano em 1441, conheceu várias partes da Europa e foi iniciador da prosa

novelística, embora não tenha tido tanta notoriedade em sua época como tiveram Juan de Mena e o Marquês de Santillana (HERNÁNDEZ ALONSO, 1982, p.21).

Considerando isso, podemos perceber que todos esses nobres homens mantiveram relações com a corte de Juan II, ou mesmo a integraram ocupando funções de poder. Como lembra Fernán Perez de Guzmán, um dos críticos ao reinado de Juan II, ao rei agradava-lhe “ouvir os homens avisados e graciosos e notava muito aquilo que deles ouvia”, era um rei que “sabia falar e entender latim, lia muito bem, agradavam-lhe muitos livros e histórias, ouvia de muito bom grado os dizeres rimados e conhecia os vícios deles, tinha grande prazer em ouvir palavras alegres e bem apontadas” (PEREZ GUZMÁN, 1941, p.118). Esse rei havia, portanto, reunido ao seu redor uma série de escritores a partir de um claro apoio às artes e às letras e a rainha dona Maria, primeira esposa de Juan II, parece ter sido eleita como principal receptora do discurso, que em defesa das mulheres, se contrapunha a detratores como Pere Torrellas e Afonso Martínez de Toledo. Alguns autores que se debruçaram sobre esse tema, como Julian Wess, tendem a acreditar que um dos fatores que explica o aumento considerável da produção discursiva em prol das mulheres na corte de Juan II seria o interesse que alguns homens tiveram de receber tanto o apoio real como de pertencer à esfera do poder régio. Ora, além desse interesse não podemos nos esquecer de que, no período em questão, foi muito comum nas cortes europeias, e, também na castelhana, a leitura de poemas e de diferentes textos que tinham como tema o amor cortês e nos quais as mulheres eram pintadas como alvos a serem conquistados. Desse modo, estava se compondo certo tipo de comportamento dos nobres em relação às damas, nobres esses que quanto mais evidenciavam sua cortesia, nobreza e virtude, através da palavra escrita ou falada, mais tinham o apreço das nobres damas e o apoio régio.

Não podemos ignorar tão pouco que o ambiente de conflito entre facções da nobreza castelhana e de disputas entre os reinos de Castela e Aragão, que marcou o reinado de Juan II, contribuiu igualmente para que alguns nobres colocassem em seus escritos temas caros e conflituosos como: virtude, nobreza, amor e mulheres. A composição e condução da *Crónica de Juan II* por diferentes cronistas, motivados por interesses diversos e patrocinados por vários grupos nobiliárquicos que disputaram o poder em Castela após a morte de Enrique III, é um indicativo das disputas que ora foram travadas entre os regentes Fernando de Antequera e Catarina de Lancaster (quando da menoridade de Juan II), ora entre Juan II (com o apoio e porque não dizer transmissão de poderes ao condestável Álvaro de Luna) e os seus primos aragoneses,

que ambicionavam o poder em Castela. Tendo isso em conta, podemos entender que ao longo do reinado de Juan II não houve somente disputas entre os reinos peninsulares, grupos políticos e linhagens, mas, sobretudo, entre modelos culturais e grupos de letrados. Assim, as contendas entre Castela e Aragão permitem-nos compreender muitas das contradições que a corte castelhana teve que enfrentar e sua reiterada necessidade de afirmação diante dos príncipes aragoneses (GOMEZ REDONDO, 2002, p. 2195). Permitem-nos compreender igualmente a necessidade repetida que alguns castelhanos tiveram de lançarem-se em seus textos como defensores das mulheres, pois assim alcançavam uma forma de distinção e oposição a como, no reino aragonês, esse tema era tratado, lembrando que a maioria dos detratores das mulheres no mundo ibérico era de aragoneses, ou mesmo defensora do grupo aragonês que ambicionava o poder em Castela, como: Pere Torroelas, Alfonso Martínez de Toledo, Hernán Mexía e outros mais.

Visto muitas vezes a partir do prisma de uma mera disputa retórica que teria marcado o diálogo entre detratores e defensores das mulheres, ou por meio de uma perspectiva anacrônica feminista que tenta enxergar na Idade Média um feminismo que é contemporâneo, o tema da querela das mulheres em Castela ainda carece de estudos. Pensando nisso, buscamos compreender essa questão, diferentemente desses vieses, a partir da indagação dos fatores que permitiram a composição da série discursiva sobre esse tema, isto é, buscamos entender as verdades que se buscaram construir sobre o passado e o presente das mulheres, bem como de que maneira essas verdades serviram para prescrever condutas e orientar gestos e posturas.

Dos paralelos e dos distanciamentos

Como já dito, mais do que lutar pela preservação da memória e por fazer presente os erros e os acertos das mulheres do passado – na tentativa de iluminar os caminhos e gestos das mulheres coevas –, foi comum na escrita dos defensores das mulheres, a retomada, bem como a refutação dos argumentos dos detratores. Assim, autoridades do passado como: Joviano, Ovídio, Aristóteles e outras mais contemporâneas, como: Boccaccio, Pere Torrellas e Alfonso Martínez de Toledo foram retomadas pelos defensores para que fossem elaboradas as respostas contra aquilo que estes julgavam ser fruto da falta de conhecimento, ou mesmo da má fé daqueles.

Todavia, orientados por esse mesmo mote em seus escritos, Juan Rodríguez Del Padrón, Diego de Valera e Álvaro de Luna percorreram caminhos por vezes distintos.

Diferentemente de Álvaro de Luna e Diego de Valera que compuseram respectivamente um catálogo da vida de mulheres e uma *disputatio* escolástica, o gênero de escrita escolhido por Juan Rodríguez Del Padrón foi a narrativa novelesca (VELEZ - SAINZ, 2006, p. 260) . Escrito em primeira pessoa, o texto do *Triunfo de las donas* é iniciado com uma questão levantada pelo autor: “seria, o homem ou a mulher, mais nobre e de mais excelência?” (DEL PADRÓN, 1982, p.213), na tentativa de responder a essa questão, o autor conta que se refugia em um lugar solitário e através de um sonho escuta a voz de uma ninfa, Cardiana, vinda de uma fonte dizer-lhe primeiramente quatro razões para que as mulheres mereçam mais afeição que os homens, e, em seguida, cinquenta argumentos em defesa delas. Segundo a voz da ninfa, as mulheres deveriam receber mais afeto, pois “toda criatura é naturalmente mais amada pela mãe”, “por ser mais certa a maternal dívida”, “por trazer dela mais parte da geração” e “por ela ter se esforçado mais para a criação”, logo, movida por razão, a voz diz que mostrará por “divinas, humanas e verdadeiras razões” (DEL PADRÓN, 1982, p.217) as excelências das mulheres em relação aos homens. No total, são apresentados para justificar a sobreposição das virtudes das mulheres às dos homens, cinquenta argumentos respaldos nos textos bíblicos que compõem o Gênesis, os Números e os Eclesiásticos; nas autoridades da antiguidade clássica e do medievo, como: Quintiliano, Aristóteles e São Bernardo.

Dentre esses argumentos, o religioso dedica os primeiros quatorze ao tema da criação divina do homem e da mulher. É notória a retomada na Idade Média do texto do Gênesis a respeito da criação e caída de Eva, pois tanto nos textos denominados misóginos como nos de caráter filóginos, a criação da mulher a partir do homem e o pecado original têm um relevante peso, tanto para justificar a condição pecaminosa e inferior das mulheres, como para enfatizar a igualdade de homens e mulheres no que diz respeito à procedência divina e à responsabilização da caída em pecado, bem como, e em raros casos, culpar os homens com o faz Del Padrón no *Triunfo de las donas*. Fazendo uso dos silogismos, Del Padrón defende que “como as criaturas menos nobres foram primeiramente no mundo criadas e as mais nobres ultimamente”, sucedeu a criação do primeiro animal racional a criação da mulher, logo, as mulheres são superiores aos homens, uma vez que, além de terem sido criadas depois deles, enquanto os homens e os demais animais foram concebidos “a partir do vapor da terra”, as

mulheres foram criadas a partir da carne purificada” (DEL PADRÓN, 1982, p.217). Ademais, frisa Del Padrón “a mulher criada do meio e não dos extremos do homem, como o meio é a virtude, a mais nobre morada da alma que é o coração” (DEL PADRÓN, 1982, p.218), por conseguinte, seria ela mais propensa à virtude que o homem. A responsabilidade da caída em pecado para o padronense também não pode ser atribuída à mulher, já que “o fruto da ciência foi pessoalmente vedado ao homem e não à mulher” e foi justamente o aspecto angélico delas que fez com que a serpente se aproximasse primeiro de Eva. Dessa forma, Del Padrón ataca uma das principais culpas atribuídas às mulheres, a saber: a condenação da humanidade ao pecado (SARANYANA, 1997, p.40); pena que de certo modo enfatizava o caráter pecaminoso e inferior delas, ou mesmo realçava a necessidade de muito esforço e penitência corporal para que elas conseguissem alcançar a salvação. Justas, piedosas, castas e de fama superior à dos homens, as mulheres no *Triunfo de las donas* são exaltadas e encontram na escrita do padronense um ataque a tudo que sugerisse o contrário.

É interessante notar que, além de contar e entreter, a maioria dos textos na Idade Média tinha o compromisso de instruir, isto é, de apresentar algum ensinamento a propósito da experiência passada que confirmava sua utilidade no presente. Comprometido com esse ideal, ao longo do *Triunfo de las donas*, Juan Rodríguez Del Padrón desenvolve os quatro sentidos comumente atribuídos às palavras durante a Idade Média, a saber: o literal, o moral, o alegórico e o anagógico (MATTOSO, 2010, p.3-4). Logo, devemos nos atentar para o fato de que, mais do que só informar e recomendar, a partir das experiências de outrora, a construção das personagens e do enredo por Del Padrón orientam-nos aos significados mais profundos das metáforas e comparações, bem como ao sentido místico da escrita do padronense. Na tentativa de compreender esses sentidos dessa escrita, alguns estudiosos já destacaram os possíveis significados de alguns elementos do *Triunfo*, a saber: o basilisco e o corvo foram analisados por Julio Velez-Sainz; e Minerva foi analisada por Florence Serrano.

A propósito do basilisco, conta o religioso, ao apresentar o trigésimo sétimo motivo acerca da excelência das mulheres, que

[...] é de feminina natureza a mais nobres das bestas, que é a águia primeira, e da masculina, a besta mais inimiga da saúde humana, e pior de todas as bestas, convém saber, o basilisco, que de feminina natureza jamais foi visto (DEL PADRÓN, 1982, p. 243).

Segundo os estudos de Velez- Sainz, o basilisco, muitas vezes associado, ou mesmo equiparado à mulher e a seu olhar mortal – uma vez que foi comum acreditar que esse animal teria nascido do sangue de Medusa–, no texto do padronense, aparece em dois momentos: ora associado ao rei, como no início da narrativa quando o religioso diz que, ao escrever sobre as mulheres, havia entrado na caverna do basilisco, onde por algum tempo não havia podido entrar, o que remeteria ao período em que o religioso não fazia parte do séquito real; ora associado à serpente, ao demônio e ao homem em relação de inferioridade à mulher. Há uma inversão, pois, se antes se considerava a aproximação basilisco/ mulher, no texto de Juan Rodríguez Del Padrón as características negativas desse animal dizem respeito ao universo do homem.

Em relação ao corvo, outro animal mencionado por Del Padrón, o mesmo é citado na narrativa para se referir aos detratores das mulheres, ao *Corbaccio* de Boccaccio e ao *Corbacho* de Alfonso Martínez de Toledo. Não podemos nos esquecer de que o corvo, segundo as narrativas arcádicas e conforme Ovídio narra em *Metamorfoses*, foi um animal castigado por Apolo por falar mal de Coronis de Larissa, filha de Flegia, rei da Tessália e amada por Apolo. Desse modo, o corvo, consoante indica Del Padrón, associado aos detratores que falseiam as informações sobre as mulheres, não poderiam compor a corte, visto que condenados a viverem afastados das aves de alva cor e penalizados com a negritude de suas penas, por serem falsos e maus conselheiros, deveriam ser alijados da corte.

Já o significado da menção à deusa Minerva, analisado por Florence Serrano, parte da relação antonomástica e paronímica que é estabelecida entre a rainha Dona Maria e Minerva, segundo frisa o padronense ao final de seu texto e endereçando-o à rainha: “[...] muito gloriosa senhora, não a fim de querer vossa singular discrição ensinar o envio, não porque seria presunçoso ensinar a Minerva, mas porque o real resplendor a obscuridade esclareça [...]” (DEL PADRÓN, 1982, p.258). Segundo os estudos desse autor, a relação estabelecida entre a deusa romana da sabedoria e das artes da guerra diz respeito ao posicionamento de Juan Rodríguez a propósito da política do reino, pois segundo esse estudioso Del Padrón seria favorável à Dona Maria e à causa aragonesa em Castela (SERRANO, 2012, p. 100). Sugere o estudioso então, que para Juan Rodríguez Del Padrón, Minerva é mais um dos elementos místicos tecido na prosa do padronense que aparece para afirmar o elevado lugar das mulheres no reino e de uma em especial, Dona Maria.

Diego de Valera também elege como “digna destinatária” de seu *Tratado en defensa de virtuosas mujeres* a rainha Dona Maria, pois a considera: discreta, benigna e responsável por autorizar os textos que circulavam no reino de Castela. Segundo destaca Valera no prólogo de seu tratado:

[...] quatro rios passam pelo inferno, dos quais um deles é chamado de Lete, a propriedade do qual é que quem bebe a água dele, esquece todas as coisas passadas; como tem assim os sentidos por ele turvados, duvidas tu quem seja esta, conhecendo a muito esclarecida rainha de Castela, a quem a coroa de virtude maiormente que a outra as mulheres é devida, a esta apresenta tua obra e saibas que ganharás, se em algo tu falhaste, por sua discricção será corrigido ou benignamente tolerado e se algo de bem escrevestes, por seu favor será autorizado (VALERA, 2005, p. 4).

Entretanto, diferentemente de Juan Rodríguez Del Padrón que buscou sobrelevar as virtudes das mulheres, bem como fazer da rainha – e não do rei, como comumente se fazia – a pessoa que reunia as virtudes mais elevadas e dignas do reino, Diego de Valera, a despeito de frisar que homens e mulheres “eram feitos da mesma natureza”, destaca que cabia a elas se submeterem a eles, haja vista que elas eram discípulos e eles mestres e o “Nosso Senhor ao varão deu a lei e não à mulher” (VALERA, 2005, p. 28). A *disputatio* escolástica é escolhida por Diego de Valera para defender as mulheres, ao passo que a narrativa novelesca, perpassada pelos sentidos profundo e místico, havia sido uma das características da escrita do padronense. Partindo de três premissas que fundamentavam os argumentos dos detratores das mulheres, a saber: “Primeiro, de um dito de Sêneca que em seus provérbios escreveu dizendo: então é boa a mulher quando claramente é má”, “Segundo, que como toda linhagem humana seja tão fraca que não podemos resistir às tentações, e seja verdade as mulheres serem mais fracas que os homens” e “Terceira, que pelo menos em pensamento não há nenhuma mulher que não seja adúltera” (VALERA, 2005, p.7), Valera apresenta argumentos que nos levam a uma sentença que ele pretende ser mais verdadeira sobre o tema (SALINAS, 2013, p.41). Para refutar esses argumentos dos detratores, Valera recorre às autoridades e aos exemplos das mulheres do passado.

No que diz respeito ao primeiro argumento, Valera o responde buscando nos textos de Sêneca elementos que comprovassem que o mesmo em suas sentenças não partia de generalizações, logo, não teria atribuído a todas as mulheres a maldade e, se assim o tivesse feito, Santo Agostinho nos permitia recordar, em *A cidade de Deus*, que

nem todos os filósofos deixaram boas contribuições. Ao segundo, responde recorrendo a Aristóteles, Sêneca, Boécio e Egídio Romano para destacar o livre arbítrio dos homens e das mulheres, bem como a possibilidade de os mesmos alcançarem, de igual modo, todas as virtudes, fossem elas cardinais, teológicas, intelectuais ou corporais, uma vez que: “todas as virtudes, assim sendo exercitadas pelas mulheres como pelos varões, claro parece pelas Sagradas Escrituras e pelas antigas e modernas histórias, que se das gentis exemplos queremos de muitas podemos falar” (VALERA, 2005, p.13). No entanto, Valera não menciona que essas autoridades haviam restringido suas análises ao varão, equiparando-o à humanidade e que, em alguns casos, como no de Aristóteles, em *De animalibus*, havia sido destacada a debilidade fisiológica das mulheres. Sem levar em conta tais questões e de maneira a comprovar a sentença de que as mulheres poderiam ser consideradas tão virtuosas quanto os homens, Valera narra resumidamente a história de vida de algumas mulheres da antiguidade clássica e do antigo testamento, como: Lucrecia, Penélope, Porcia, Cornélia, Sara, Ana, Rebeca, Raquel e outras, destacando virtudes sobretudo cristãs, a saber: castidade, fidelidade e espírito de profecia; mesmo em tempos de crenças consideradas pagãs ou mosaicas.

Ora, é importante esclarecer que a história antiga foi apropriada no medievo no sentido de compor uma história da salvação, isto é, como o significado atribuído ao passado pelos medievos atrelou-se à escatologia, bem como à preparação para a salvação, a incessante retomada do passado, à maneira de Marco Túlio Cícero, atuava como possibilidade de conquistar a luz da verdade e testemunha dos antigos tempos, e, ao modo de Plotino, servia para aproximar os homens, através da alma, ao divino. Daí possa-se destacar o comprometimento da memória entre os medievais com a moral, bem como a impossibilidade deles, de olhar para o passado, sem ver nele os indícios de uma perspectiva do tempo que se acreditava organizada teleologicamente (COLEMAN, 1992, 74). Em uma só palavra, ao olharem para o passado, os medievos e também Diego de Valera, partiram de um horizonte de expectativa que dizia respeito muito mais ao tempo deles do que ao dos antigos e de uma noção de verdade sobre as coisas que eles acreditavam ser atemporal (GUITTON, 2004, p. 224-270).

À última acusação, Valera responde dizendo que as mulheres resistem tanto ou mais às tentações que os homens, pois se assim não fosse não haveria nenhuma virtude nelas e a história não comprovaria, como comprova, os exemplos de louváveis mulheres. Além disso, segundo afirma Valera, a culpa de as mulheres coevas não terem suas histórias registradas é dos escritores que as negligenciam

[...] e se dizem que agora não falamos tantos exemplos de louváveis mulheres como em tempos passados, isto acontece pela falta de diligência dos escritores do nosso tempo que deixam os notáveis feitos a silêncio e pouco a pouco vai sumindo a memória deles (VALERA, 2005, p.32).

Entretanto, segundo Valera não só o silêncio dos escritores deveria ser advertido, a falta de entendimento dos maledicentes acerca do que os filósofos haviam escrito sobre as mulheres igualmente era motivo de correção, pois se tratava de um erro lógico. A confusão se dava, ressalta Valera, pelo fato de os maledicentes confundirem um termo determinado com um termo distributivo, ou seja, pela generalização que alguns escritores faziam a propósito dos defeitos que acometiam somente algumas mulheres e não todas.

Como se pode perceber, os conhecimentos de retórica do oficial régio são nítidos pelos argumentos que o mesmo formula para responder os detratores e até mesmo pela organização do tratado em exórdio, narração, petição e conclusão. Assim, pode-se dizer que Diego de Valera, embora não tenha ignorado alguns temas medievais, como: as intrigas do palácio e as disputas entre as nobrezas da corte castelhana acerca da honra, das mulheres, da virtude e do poder; podem ser encontradas entre suas preocupações algumas de caráter humanista como: a leitura de textos da antiguidade e discussão sobre os argumentos sobre os quais se sustentavam algumas autoridades (PÉREZ, 2013, p. 8).

Álvaro de Luna igualmente não esteve afastado das disputas e intrigas que tanto marcaram a política e a corte castelhana durante o reinado de Juan II. Integrante do séquito desse rei desde o ano de 1408, o nobre foi pouco a pouco conquistando a confiança do soberano, sendo eleito um de seus mais dignos privados, o que beneficiou Luna a tornar-se senhor de várias porções territoriais, bem como receber a administração da Ordem de Santiago (CARCELLER CERVIÑO, 2009, 41). Como frisa Álvaro de Luna no proêmio do *Libro de las claras y virtuosas mujeres*

Como quer que os muito grandes cidadãos assim nas coisas pertencentes ao muito nobre e virtuoso ofício da cavalaria, como o regimento da coisa pública e da governação da casa, nos tenha ocupado, em tal maneira que muitas coisas que fazemos nos estorvam outras que desejamos fazer, o tempo não nos pode bastar a tantas, pois primeiramente devemos fazer as coisas que devemos fazer, depois, as outras que desejamos que se façam (LUNA, 1908, p.20).

Ou seja, o condestável inicia seu texto queixando-se da falta de tempo para compô-lo, já que outras funções, como: a cavalaria e o governo do reino; exigiam-lhe muito esforço, entretanto, recordava que tal tarefa se efetuava “sob o regimento e senhorio do muito esclarecido príncipe e muito alto e virtuoso rei Don Juan” para que as virtudes das mulheres não caíssem no esquecimento e para que as honras e glórias do passado dessas fossem reconhecidas. Dessa forma, o condestável tentava deixar claro o seu esforço em cumprir as designações do rei, ao mesmo tempo em que respondia às acusações de alguns de seus opositores que diziam que o condestável “usou mais poder de rei que de cavaleiro” e atuou movido por “insaciável cobiça” (PEREZ DE GUZMÁN, 1941, p. 133). Além disso, como no século XV, em Castela, foi comum recorrer à escrita para defender a retomada dos valores da cavalaria que se acreditava que estivessem caindo no esquecimento, e, uma das obrigações do cavaleiro era defender a mulher, Luna, envolvido por esse ideal cortesão e cavalesco, dizia não poder permitir que as virtudes delas fossem silenciadas ou esquecidas (BOYER, 1988, p.60).

O não aparecimento do nome da rainha Dona Maria como destinatária do texto de Luna não significa que ele não tenha sido endereçado a ela, já que, o que parece ter impedido tal feito, foi a precoce morte da rainha um ano antes que o livro de Luna fosse finalizado, bem como o segundo matrimônio do rei Juan II com Isabel de Portugal. Iniciado enquanto a rainha ainda era viva, o *Libro de las claras y virtuosas mujeres* compartilha algumas tópicas com os textos anteriormente citados, como por exemplo: confirma a fama das mulheres do passado, reafirma as virtudes das mulheres recorrendo a exemplos e responde àqueles que maldisseram sobre elas. Dividido em três partes, o livro inicia-se com um proêmio e cinco preâmbulos. No proêmio, com já indicamos, Luna apresenta os motivos que o levaram a escrever e os fins que buscará perseguir, logo em seguida, apresenta os seguintes preâmbulos: os vícios são praticados por homens e mulheres não por natureza, mas por maus costumes; as mulheres são tão virtuosas como os homens; homens e mulheres não são culpados pelo pecado original; aqueles que maldisseram sobre as mulheres só levaram em consideração o exemplo das más; e os motivos para iniciar o catálogo com a história de Maria.

Assim como Diego de Valera havia ressaltado em seu *Tratado en defensa de las mujeres* que os homens se sobrepunham em alguns casos às mulheres, Álvaro de Luna, a despeito de enfatizar que as portas dos caminhos que levavam à virtude estavam abertas para ambos, varões e fêmeas, considerava que o varão tinha mais excelências que a mulher, uma vez que, amparando-se no que havia dito o apóstolo São Paulo,

acreditava que o homem era a cabeça dela. Quer dizer, ambos, Valera e Luna, apesar de defenderem a possibilidade de se poder equiparar homens e mulheres em virtudes, não desconsideraram as diferenças e limites da igualdade entre varões e fêmeas. A despeito de contar a história de mulheres castas, piedosas, fieis a seus maridos, sábias, mártires, valentes, corajosas, guerreiras, pacientes, honestas e santas, as quais em alguns casos se igualaram, ou mesmo se sobrepuseram a homens como Aquiles, Salomão, Tito Lívio e outros varões lembrados por suas mais diferentes e dignas excelências; Álvaro de Luna nunca deixa de mencionar as mesmas como mães, irmãs, esposas, rainhas e suas relações com algum homem, ou seja, o ponto de referência para denominá-las nunca deixa de ser o homem. Por isso, Luna se refere a elas da seguinte maneira: Penélope (filha do rei Ycaro e mulher de Ulisses), Policena (filha de Príamo) e Diana (filha de Júpiter).

Tal como em todos os tratados escolásticos, Luna apresenta argumentos que comprovam a sentença maior que procura defender como verdadeira, o que realiza através do elenco das 117 mulheres que compõem seu catálogo. Dividido em três livros, os seguintes temas são abordados no tratado: o primeiro, referente à história de 18 mulheres do antigo testamento, momento em que predominava, segundo o autor, a lei divinal; o segundo, diz respeito a 78 mulheres dos gentis, gregas e romanas, as quais ignoravam as sagradas escrituras e viveram segundo a lei natural; e o terceiro, que faz menção a 21 mulheres do Novo Testamento, as quais viveram sob a lei da graça. Com essa divisão, o autor sugere que em todos os tempos Deus não teria feito diferença entre homens e mulheres e que as ações virtuosas sempre foram praticadas por essas últimas. Luna também deixa claro que em seu livro mencionou os três estamentos sociais “maior, mediano e menor” e que somente não incluiu as mulheres vivas no compêndio porque segundo se via em Eclesiásticos “Não louves ninguém antes de sua morte”, pois até a morte podemos seguir pecando (LUNA, 1908, p.248)

Embora o título do tratado de Luna sugira sua ligação direta ao texto boccacciano *De claris mulieribus*, o que se pode perceber pelos exemplos de mulheres e pela organização do tratado é que essa não foi a principal e única fonte que fomentou a escrita do mesmo, já que outras, escritas por São Jerônimo, Santo Ambrósio, Santo Agostinho, Boécio, Jacopo de Varazze, Tito Lívio e Valério, também tiveram um relevante peso para a composição do texto (BOYER, 1988, p.221-222). Recorrendo a essas autoridades de seu tempo, Luna tenta ensinar aos os homens que existem mulheres virtuosas e às mulheres quais deveriam ser as suas virtudes. Assim, destacar quais

virtudes eram mais comumente praticadas pelas mulheres e quais delas eram mais dignas de louvor, de certa forma, era um modo de estabelecer os ditos e os interditos para elas.

Levando-se em consideração o percurso que fizemos acerca da série discursiva em defesa das mulheres em Castela no final da Idade Média, podemos perceber que a corte de Juan II, bem como suas relações com as cortes de Aragão, França e reinos da Itália, permitiram a circulação de textos e ideias conflituosos a respeito das mulheres. Embora essa disputa tenha se dado no campo das letras e isso leve alguns estudiosos a minimizarem o conflito a uma mera querela retórica, acreditamos que o simples fato de a imagem das mulheres ser objeto de discussão entre os homens laicos e religiosos do século XV, significa ao menos, que esse foi um tema que incomodou os homens daquele tempo. Além disso, não nos fiamos na separação entre textos históricos e de literatura, tendo em vista que os próprios medievos denominavam tudo o que era escrito de literatura (*literas*), por isso, não consideramos que havia oposição entre elas no medievo. Não podemos ignorar também, que tantos os defensores como os detratores das mulheres compartilharam algumas modalidades de verdade sobre elas, ou mesmo transitaram e colocaram em confronto algumas modalidades de verdade acerca delas que circulavam em seu tempo e essas vontades de verdade são, sobretudo, históricas.

Referências Bibliográficas

Fontes

DEL PADRÓN, J.R. *Triunfo de las donas*. In: Obras Completas. Edição preparada por Cesar Hernandez Alonso. Madri: Editora Nacional, 1982.

LUNA, A. *Libro de las claras e virtuosas mugeres*. Edição preparada por Manuel de Castillo. Toledo: Establecimiento Tipográfico de Rafael G. Menor, 1908.

PÉREZ DE GUZMÁN. F. *Generaciones y Semblanzas*. Edição e notas de J. Domínguez Bordona. Madri: Espasa- Calpe, S.A, 1941.

VALERA, D. *En defensa de virtuosas mujeres*. Edição para a biblioteca Saavedra Fajardo de Rafael Herrera Guillén, 2005.

Bibliografía

ALVAR, C. *Boccaccio en Castilla: entre recepción y traducción*. Cuadernos de Filología italiana, 2001, n. extraordinário.

BECEIRO, I. *Libros, lectores y bibliotecas en la España Medieval*. Murcia: Medievalia, 2007.

BOYER, A. *Estudio descriptivo del Libro de las virtuosas e claras mujeres de Don Álvaro de Luna: fuentes, género y ubicación del debate*. Michigan: UMI, 1991.

- CARCELLER CERVIÑO, M. P. *Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Beltrán de la Cueva: un estudio comparativo del privado regio a fines de la Edad Media*. En *la España Medieval*, 2009, n.32.
- COLEMAN, J. *Ancient and medieval memories*. Studies in the reconstruction of the past. Reino Unido: Universidade de Cambridge, 1992.
- CURI, R. *Diego de Valera em Defesa de virtuosas mujeres*. Biblioteca Saaedra Fajardo. Disponível em: <<http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/NOTAS/RES0023.pdf>>. Acesso em: 18 Ago. 2013.
- DIAZ CORRALEJO, V. *La traducción castellana del De mulieribus claris*. Cuadernos de Filología italiana. n° extraordinario, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- GÓMEZ REDONDO, F. *Historia de la prosa medieval castellana*. Los Orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II. Madri: Cátedra, 2002.
- GUITTON, J. *Les temps et l'éternité chez Plotin et Saint Augustin*. Paris: Livraria Filosófica, 2004.
- HERNÁNDEZ ALONSO, C. La figura literária de Juan Rodríguez Del Padrón. In: DEL PADRÓN, J.R. *Triunfo de las donas*. Obras Completas. Edição preparada por Cesar Hernandez Alonso. Madri: Editora Nacional, 1982.
- JESUS FUENTE, M. Querella o querellas de las mujeres: el discurso sobre la natureza femenina. *Cuadernos Kore*, v. 1, n. 1, 2009.
- MAESO FERNANDEZ, M. E. Defensa y vituperio de las mujeres castellanas. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, Puesto en línea el 21 febrero 2008. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/23692>>. DOI : 10.4000/nuevomundo.23692. Acesso em: 21 Abr. 2013.
- MATTOSO, J. *A leitura e a escrita na cultura monástica medieval*. Porto: Universidade do Porto, 2010.
- PÉREZ, J. *Humanismo en el Renacimiento español*. Madri: Gadir Editorial, 2013.
- SALINAS, D. *Disputatio*. Buenos Aires: Dunkein, 2013.
- SERRANO, F. *Del debate a la propaganda política mediante la Querella de las mujeres en Juan Rodríguez Del Padrón, Diego de Valera y Álvaro de Luna*. Univesidad de Extremadura: TALLA DIXT 7 (2002).
- VELEZ SAINZ, J. J. *El debate sobre la naturaleza de la mujer en la corte literaria de Juan II con una edición crítica de la obra completa de Álvaro de Luna*. Tese de doutorado. Departamento de Literatura Espanhola e Hispano-americana. Facultad de Filología. Universidad de Salamanca, 2008.

Artigo recebido em 31/10/2013. Aprovado em 08/12/2013.